

Capítulo 3: A eterna Fla-Flu da política

Nos Estados Unidos e na Europa, a construção da identidade baseada na oposição é frequentemente chamada de “tribal”, com pouca consciência da implicação racista da palavra. No Brasil, é mais provável ouvir uma expressão como “o eterno Fla-Flu da política”, referindo-se ao Flamengo e ao Fluminense, dois times clássicos de futebol do Rio de Janeiro, cujo jogo de 1963 atraiu o maior público da história do futebol mundial: 194.603 espectadores no Maracanã. Os times se enfrentam de três a quatro vezes por ano, frequentemente com confrontos violentos entre torcidas rivais após as partidas. Embora o imaginário popular separe os times por classe (Flu é da elite, Fla das favelas), pesquisas e estudos não parecem confirmar essa ideia: em vez disso, a oposição precede qualquer definição positiva.

Nelson Rodrigues, o maior dramaturgo da história do Brasil (e torcedor fanático do Fluminense), enquadra o processo de conflito e construção da identidade mútua em termos francamente ontológicos. A rivalidade Fla-Flu, diria ele mais tarde, começou “quarenta minutos antes do nada”; o conflito Fla-Flu estava presente mesmo antes de Deus criar o mundo. Durante uma cobrança de pênalti na Fla-Flu de 1957, o jogador do Flamengo, Osmar, cuspiu na bola, uma ação entendida pelos torcedores do Fluminense como o maior insulto possível. Rodrigues, ao relatar o evento no jornal *Machete Esportiva*, declarou-o “cuspida metafísica”, que para sempre dividiria e definiria os dois times.¹

Mas por que esse conflito é eterno? Por que ele é, como insiste Rodrigues, ontológico? E todas as oposições precisam funcionar da mesma maneira?

O jogo de soma zero

No futebol, um time vence, perde ou empata. O ganho do meu time é, por definição, a perda do time rival. Esse tipo de lógica — chamada de “soma zero” na teoria dos jogos — parece particularmente propensa a gerar polarização intensa e violenta. Se deixarmos o futebol de lado por um momento e pensarmos em dinâmicas semelhantes que podem ocorrer na política e na economia, talvez possamos obter alguma compreensão sobre esse processo.

Tomemos como exemplo o fenômeno haitiano chamado “*politique du ventre*”, que surge quando grupos rivais competem por um recurso essencial à vida:

Muito se resume à escassez: o Haiti importa tudo o que precisa para consumir, então os níveis estruturais de escassez levam à “política da barriga”, na qual a única maneira de ganhar dinheiro de forma confiável — potencialmente muito dinheiro — é entrar para a política. A política, então, se torna um negócio e os políticos usam seus cargos para se enriquecerem: não há credo ou desejo de mudar o país, apenas pura

¹ No futebol, cuspir é considerado uma das formas mais vis de violência e desrespeito, sendo uma das poucas ações que exigem a aplicação de um cartão vermelho direto.

<https://www.thefa.com/football-rules-governance/lawsandrules/laws/football-11-11/law-12---fouls-and-misconduct>

*venalidade. Assim, aqueles no poder não querem deixá-lo, e aqueles fora do poder querem obtê-lo por motivos errados.*²

A política, como única forma de distribuir recursos escassos e necessários como alimentos, torna-se um jogo de vida ou morte. E quando amigos e familiares passam fome e parece que outras pessoas — ou pior, grupos sociais rivais — têm acesso a recursos que não se tem, o ódio a esse outro grupo se instala. Quando os recursos são insuficientes para alimentar a todos e o "jogo" é a única maneira de distribuí-los para "meu" povo e privá-lo de "seu", a política e a economia se tornam violentas e polarizadas.

O Haiti nos mostra que a raiva pode emergir organicamente de um jogo de soma zero onde a vida está em jogo, mas a polarização afetiva vivenciada tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos parece diferente da *política de ventre* haitiana. Nos últimos trinta anos, Rita e eu trabalhamos em favelas, com pessoas que vivem nas ruas e em comunidades indígenas. Em termos puramente financeiros, essas populações são as mais imersas no jogo de soma zero do acesso a recursos, mas nossa experiência mostra que elas são muito mais inclinadas à solidariedade entre si — e ao cinismo e à apatia no mundo político em geral — do que à raiva da polarização afetiva. Estudos científicos de sociólogos brasileiros corroboram nossa experiência empírica: José da Souza e Muniz Sodré encontraram atitudes de extrema direita principalmente na classe média baixa, especialmente entre aqueles que se consideram brancos — não entre as maiores vítimas do sistema político, nem entre aqueles que realmente sofrem com a fome.

No Haiti, a política gira em torno da distribuição de recursos alimentares limitados, mas em democracias mais prósperas, outros recursos estão em jogo. Nossa pesquisa mostrou que G.W.F. Hegel, o filósofo alemão do século XIX, pode oferecer algumas perspectivas.

Hegel insistia que a essência da humanidade é a luta por reconhecimento. No início dos tempos, duas "consciências" entraram em contato, e ambas desejavam ser reconhecidas. Isso levou a um conflito e a uma "luta até a morte"; como resultado, uma consciência se tornou senhor e a outra, escravo. Depois disso, o senhor jamais reconheceria o escravo, e o reconhecimento do escravo não significava nada para o senhor — afinal, ele era apenas um escravo, um ninguém. Os seres humanos, nessa dialética senhor-escravo, lutaram e se esforçaram para serem reconhecidos e respeitados, até que finalmente — segundo Hegel — o Estado moderno pudesse mediar o reconhecimento de todas as pessoas. O Estado se tornaria o espaço onde cada pessoa poderia contribuir como um agente social e um indivíduo pleno, encontrando seu lugar na sociedade; em troca, o Estado reconheceria as pessoas por meio da lei, tornando-as iguais. Após Hegel, devemos considerar o respeito e o reconhecimento como alguns dos "bens" essenciais distribuídos pelo Estado.

Durante um estudo de dez anos com membros e potenciais membros de gangues nas favelas do Recife³, Rita da Silva e eu identificamos dois motivos explícitos para que jovens, tanto homens como mulheres, ingressassem em gangues. Descrevemos a primeira causa como "*revolta*", talvez melhor traduzida como raiva diante da injustiça. Em alguns casos, a polícia ou uma gangue rival havia matado um irmão ou amigo; em um mundo onde sabiam que a lei jamais puniria o assassino, a fúria por justiça os impulsionava a pegar

² Diálogo Interamericano na Universidade da Virgínia, 6 de maio de 2019.

<https://thedialogue.org/analysis/is-haiti-back-on-the-brink>. Ver também Farmer, Paul. *Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor*, Berkeley: University of California Press, 2003.

³ da Silva, RCOS e Shaw, Kurt, *Cartografia da Favela*. Florianópolis, Shine a Light, 2012.

em armas contra aqueles que haviam ferido pessoas que amavam. Em outros casos, a injustiça sofrida era latente: o esgoto entupido no beco onde moravam porque a prefeitura não construía rede de esgoto; o constante insulto de policiais que os revistavam e exigiam pequenas propinas; a consciência de que suas escolas e postos de saúde eram subfinanciados.

A segunda motivação para entrar em gangues coincide perfeitamente com a ideia básica de Hegel: respeito (a palavra que eles usavam era “*consideração*”). Os jovens da favela se sentiam invisíveis, vivendo atrás dos altos muros que a cidade construiu para escondê-los dos “cidadãos de bem”. Quando pessoas parecidas com eles apareciam na TV, era como empregada doméstica ou criminoso: aliás, o programa “imperdível” do dia era Cardinot, um programa de crimes reais exibido na hora do almoço que mostrava inúmeros trechos de jovens negros sendo presos pela polícia e levados para a cadeia. “Pelo menos eu vejo alguém parecido comigo. Diferente das novelas”, disse-nos uma avó.

Talvez o resumo mais impressionante da sede de respeito tenha vindo de um jovem membro de gangue e pequeno ladrão no bairro de Santo Amaro.

Olha aquele muro atrás de nós. Do outro lado fica o shopping Tacaruna, e eles construíram o muro para garantir que os ricos não nos vejam aqui na favela. Eu ando pela rua do lado de fora desses muros, e as pessoas desviam o olhar para não terem que me ver ou acenar para me cumprimentar.

Mas sabe de uma coisa? Quando eu aponto uma arma para a cabeça de alguma buguesinha velha, ela tem que olhar para mim. Ela sabe que eu existo!

Ao longo de décadas trabalhando com membros de gangues, guerrilhas, paramilitares e narcotraficantes, posso afirmar, sem dúvida alguma, que eles concordam com Hegel sobre a importância do reconhecimento e do respeito. E não apenas eles: todos nós, independentemente deirmos de uma favela ou de uma família de classe alta, encontramos sentido na vida no respeito que os outros nos demonstram. Imagine uma cena em um parque, ou talvez em uma piscina. Uma criança joga uma bola para o alto ou pula na piscina repetidamente. Claramente, ela está se divertindo muito, mas algo está faltando. “Mamãe! Mamãe! Olha, olha. Presta atenção! Por que você não está olhando? Olha, mamãe! Você não vê o que eu estou fazendo?”

O reconhecimento é essencial para o que significa ser humano, e não apenas para crianças ou para os pobres. Enquanto escrevo estas palavras, penso nos meus amigos ou no meu pai: “Ah, ele vai adorar esta frase. Vou enviá-la para ele, para que ele possa me dizer o quanto é boa.” Todos nós precisamos ser reconhecidos pelos outros; esse olhar nos torna reais e humanos. Nos olhos do outro, aprendemos – ou talvez confirmemos – quem somos.

Durante nossa pesquisa para entender as motivações para o ingresso em gangues em Recife, Rita e eu tivemos uma conversa esclarecedora com uma mulher que administrava uma pequena loja de roupas na favela do Campo do Onze, perto do centro. Ela tinha orgulho, com razão, do seu negócio, que lhe proporcionava uma renda respeitável, assim como a meia dúzia de funcionários. A maior parte da nossa conversa girou em torno de maneiras que ela imaginava para oferecer oportunidades econômicas e simbólicas a jovens que pudessem ingressar em gangues, mas, ao final, ela deu uma pista sobre a ecologia do reconhecimento nas favelas de Recife.

Pessoas de todos os lugares vêm comprar na minha loja agora. Ela tem uma ótima reputação. Agora posso dizer com muito orgulho que mais pessoas me conhecem do que eu as conheço.

“Mais pessoas me conhecem do que eu as conheço.” Era como se o respeito fosse um recurso limitado, e como ela recebia mais respeito do que oferecia, ela estava ganhando.

O problema, fundamentalmente, é que a utopia hegeliana de um Estado que reconhece todas as pessoas igualmente é quase tão impossível quanto o governo haitiano fornecer comida para todos os seus cidadãos. Aqueles que vivem nas favelas entendem intimamente que o Estado não os trata da mesma forma que trata os brancos em condomínios de classe média alta. Como disse uma garota de classe média de Recife após a conversa com jovens da sua idade das favelas em *O Outro Lado do Outro*:

Eu estava conversando com uma das meninas e ela disse que ontem, depois que saímos, houve policiamento [quando a polícia invade a favela com armas em punho]. Aqui no prédio, não acontecem essas coisas. Ela disse que era normal revistarem as meninas contra a parede ou haver tiroteio e as meninas terem que correr para casa. Aqui é melhor. Não tem esse tipo de policiamento. Não tem tiroteio. É horrível. Horrível mesmo.

Já aos dez ou doze anos de idade, crianças de classe média entendem que alguns moradores de seus condomínios usam drogas ilícitas. Sabem que alguns estudantes de séries mais avançadas usam drogas em festas de fim de semana e que existem locais para comprar e vender substâncias ilegais. No entanto, como observa esta menina, a polícia não faz batidas em casas de classe média. Por quê? Por que a cidade investe em boa iluminação e moradias decentes em bairros de classe média como Graças e em *policiamento* na favela da Cidade de Deus?

Se levarmos a sério essa demanda por reconhecimento como motor da ação política, devemos considerá-la sob a perspectiva dos apoiadores de Bolsonaro da classe trabalhadora. Como vimos no capítulo 2, José de Souza enfatiza como a capacidade de humilhar o outro estabelece o lugar de alguém em uma certa concepção de hierarquia e status; ele argumenta que a percepção da perda do direito de humilhar mulheres, gays ou negros constitui parte essencial do vínculo afetivo/transgressor que os eleitores de Bolsonaro sentem por seu líder. No entanto, respeito e reconhecimento vão muito além de simples status e hierarquia, e uma leitura atenta das entrevistas publicadas por Souza — bem como minhas próprias conversas e interações com homens da classe trabalhadora em todo o Brasil — sugere que muitos enxergam a política e o reconhecimento de uma maneira radicalmente diferente da de Souza (ou da minha).

Os bolsonaristas evangélicos negros oferecem muitas razões para sua filiação à direita política. Um homem de 34 anos chamado Vanderson, entrevistado por Jessé de Souza, apresenta uma versão particularmente coerente de um argumento que Rita e eu ouvimos de muitos homens como ele nas favelas. Primeiro, ele explicou que não estava feliz em votar em Bolsonaro, mas que ele era o “*menos pior*”. Em seguida, Vanderson desenvolve um argumento bastante ponderado sobre seus problemas com a forma como o Partido dos Trabalhadores (PT) enxerga o papel do governo.

Eles continuam pedindo mais e mais leis para seu próprio benefício e parecem não entender que somos todos iguais perante a lei. Existe um tipo especial de lei para a classe política, que a defende. A classe LGBTQ+ também quer uma lei que a defenda. Depois, há a classe racial: o que é negro, o que é branco. Negros, pessoas de pele escura, pessoas pardas, todos querem uma lei para si mesmos. E o feminismo, não é? ... Ninguém pensa na sociedade como um todo. Eles querem uma lei só para si mesmos ... Onde vamos parar? É por isso que acho que as pessoas querem privilégios demais. Especialmente as classes LGBTQ+. Nada contra eles: façam o que quiserem da vida de deles, porque não é da minha conta. Mas ninguém pode querer mais privilégios do que o pai de família. ” [de Souza, 151-2]

Existem, naturalmente, muitas maneiras de interpretar este discurso: o próprio de Souza chama-lhe a “estratégia típica do moralismo evangélico, acusando as minorias oprimidas de exigirem privilégios inadmissíveis”. [151] E podemos certamente ver um certo ressentimento de um homem negro que acredita estar a fazer o que a sociedade lhe espera — ser um bom pai, um homem honesto e um trabalhador esforçado — e não receber as recompensas do seu trabalho árduo e da sua virtude. Gostaria, contudo, de adotar uma hermenêutica menos crítica, que veja o argumento de Vanderson emergir da tradição hegeliana da jurisprudência.

Hegel previu o fim da tortuosa dialética do conflito entre senhor e escravo, de modo que, eventualmente, ambos conquistariam reconhecimento: ao longo de séculos de lutas, eles começariam a desenvolver instituições que mediarão a relação entre eles, até que finalmente surgisse o Estado-nação regido pelo direito. Quando “todos são iguais perante a lei” — como afirma Vanderson — todos são reconhecidos e respeitados como iguais. O reconhecimento mútuo de iguais — o objetivo de ambas as figuras hegelianas antes de entrarem na dialética senhor-escravo — ocorre por meio da mediação do Estado. Notavelmente, Hegel chega a declarar esse momento como o Fim da História.

Para ser franco, a história jurídica do Brasil não é uma de igualdade perante a lei. A jurisprudência colonial portuguesa era muito clara quanto às diferentes regras que se aplicavam às diferentes classes de pessoas, bem como ao fato de que, para a maioria dessas pessoas, não era o Estado, mas seus superiores hierárquicos que podiam condená-las e puni-las. Efetivamente, a Coroa terceirizava o poder para certos homens, que então tinham total impunidade para fazer o que quisessem. À medida que o Brasil caminhava para um governo pós-colonial, esses feudos locais eram administrados por *coroneis*, um nome diferente para a mesma função. Vanderson tem um argumento legítimo quando afirma que existe uma lei diferente para a classe política: eles a herdaram de uma longa tradição de formas antidemocráticas de governo, onde cada classe de pessoa era, de fato, reconhecida como diferente. Mesmo a jurisprudência brasileira democrática contemporânea desenvolveu uma versão ampliada da imunidade parlamentar, que muitos críticos veem como uma ferramenta para políticos corruptos evitarem processos judiciais. Em outros livros, de Souza apresentou um excelente argumento de que o problema fundamental da elite e da classe média brasileiras é que elas sonham com uma vida de impunidade igual como a dos *coroneis* e dos senhores coloniais, e não na promessa do Estado hegeliano ou liberal.⁴

Vanderson argumenta implicitamente que fez tudo certo para ser reconhecido como igual pelo Estado: trabalhou forte, criou uma família, foi honesto e não cometeu crimes. Ele lutou para superar as injustiças enfrentadas por outros homens negros, de modo que merece ser reconhecido como igual aos olhos do

⁴Souza, Jess é de. *A elite do atraso: da escravidão à Lava -Jato*. Leia, Rio de Janeiro: 2017

governo. Nesse contexto, ele se mostra aberto ao argumento de que o governo do Partido dos Trabalhadores está concedendo “privilégios especiais” às pessoas LGBT+ quando estas são protegidas da discriminação ou quando lhes são oferecidas cotas em contratações e licitações públicas. Ao formular o argumento dessa maneira, os oponentes da ação afirmativa podem alegar que o Estado reconheceu as pessoas LGBT+ como *superiores* às demais.

Ouvir esse argumento de um homem negro pobre desafia a interpretação de senso comum de que a oposição da classe trabalhadora às ações afirmativas se baseia apenas em racismo, sexismo e homofobia. Vanderson está, na verdade, apresentando um argumento filosoficamente legítimo sobre a ontologia do Estado como mediador do reconhecimento mútuo. Descartá-lo como uma “estratégia típica do moralismo evangélico” é subestimar uma ideia que merece diálogo e debate, embora eu, pessoalmente, não concordo.

Aqui, porém, devemos retornar à questão central deste capítulo: o que acontece quando o Estado administra um recurso insuficiente para todos os seus cidadãos? No Haiti, esse recurso é a alimentação. No Brasil, poderíamos argumentar que é o reconhecimento. Fundamentalmente, Vanderson apresenta um argumento poderoso porque compreende que os benefícios do Estado são um jogo de soma zero. Quando o Estado implementa uma política de cotas para contratos públicos, financiamento cultural ou outros benefícios estatais, ele está reconhecendo as pessoas de forma diferente: ao conceder mais pontos à candidatura de uma minoria tradicionalmente excluída, os benefícios de soma zero do Estado serão retirados de outra pessoa. Da perspectiva de um homem negro evangélico que tentou jogar o jogo pelas regras antigas, esse novo jogo parece injusto.

De forma alguma pretendo culpar as políticas de ação afirmativa — todas justificadas e no meu ponto de vista certas! — pela dinâmica de polarização no Brasil ou nos Estados Unidos. Porém, certos atores políticos sim têm se aproveitado dessa retórica para polarizar ainda mais a situação. Quero apenas sugerir que, quando a política se torna um jogo de soma zero — seja por comida, reconhecimento ou vagas em universidades públicas —, enfrentamos um risco muito maior de polarização, do eterno jogo de “Fla-Flu”.

Identidade e o jogo de soma zero

A competição de futebol do Brasileirão — assim como a Premier League inglesa, a La Liga espanhola ou muitas outras ligas de futebol — não possui um sistema de playoffs como a maioria dos esportes nos Estados Unidos. Após 38 jogos (dois contra cada um dos outros times da liga), o time com mais pontos vence o campeonato. Vários outros times que terminarem entre os primeiros colocados se classificam para o Campeonato Sul-Americano de Clubes (a Copa Libertadores), enquanto os quatro últimos colocados são rebaixados para a segunda divisão, sendo substituídos pelos quatro primeiros colocados daquela liga. Para um teórico dos jogos, essa estrutura levanta diversas questões importantes sobre a vitória e a divisão dos pontos, mas para alguém que pensa em psicologia nacional, pode ser ainda mais interessante.

importante do futebol brasileiro é que um *clássico* pode ser mais importante do que ganhar o campeonato. O país está repleto dessas rivalidades tradicionais, seja o clássico ontológico Fla -Flu , *que deu início a esse capítulo*, o jogo entre Atlético Mineiro e Cruzeiro pela supremacia no estado de Minas Gerais, Inter x Grêmio

em Porto Alegre, ou os confrontos entre Sport, Santa Cruz e Náutico em Recife. Na cidade de São Paulo, uma das linhas do metrô foi inclusive projetada para marcar a rivalidade entre Corinthians e Palmeiras.

Há alguns anos, o Campeonato Brasileiro de Futebol enfrentou um desafio. Com a aproximação das últimas rodadas da temporada, vários times tradicionalmente fortes não tinham mais chances de conquistar o título nem de serem rebaixados para uma divisão inferior. Para eles, seus jogos tinham pouca importância. No entanto, em dois casos, uma derrota acachapante para um dos times que ainda tinham chances de vencer prejudicaria seus rivais históricos. Embora também fossem prejudicados no processo — perdendo algumas posições na tabela, mas não o suficiente para o rebaixamento —, esses times entregaram o jogo. Perderam de forma humilhante, apenas para prejudicar seus rivais.

A lógica da “ eterna Fla-Flu ” não apenas define quem eu odeio, mas também quem eu sou: ou, mais precisamente, eu sou definido por quem eu odeio.

Aqui vemos uma manifestação concreta da filosofia de Carl Schmitt em ação, onde a política é a arte de saber quem eu sou construindo o inimigo. Para o sociólogo e filósofo afro-brasileiro Muniz Sodré, a própria identidade emerge dessas dinâmicas de antipatia. No contexto brasileiro contemporâneo de raiva e polarização,

O sujeito não é sustentado por nenhuma representação sólida, nenhuma base ontológica. O que se é só pode ser baseado em uma relação puramente diferencial entre uma forma e o que ela não é ... Dessa forma, como insiste a psicanálise, não há identidade, mas sim identificações, entendidas como a ocupação de diferentes posições pelo sujeito de acordo com a dinâmica (inconsciente) das formas puras.⁵

É útil contrastar essa descoberta de identidade por oposição com outra forma de construção da identidade religiosa. O psicanalista esloveno Slavoj Žižek compara a piedade religiosa tradicional com formas contemporâneas de fundamentalismo.⁶ Seitas como os Amish, ele aponta, declaram que suas práticas são justificadas em si mesmas, como maneiras de fortalecer seus laços com a comunidade e com Deus: uma família Amish não tem telefone em casa porque atender um telefone que toca durante o jantar significa que algum desconhecido ligando é mais importante do que a própria família. O transporte a cavalo em vez de carro garante que todos os membros de uma igreja vivam perto o suficiente para poderem contar uns com os outros fora do templo.⁷ Os Amish são tão seguros de si e de sua fé que não veem necessidade de demonstrar que outras pessoas estão erradas ou são inferiores, nem de evangelizar o outro.

Žižek contrapõe os Amish aos fundamentalistas cristãos contemporâneos, cuja retórica está constantemente orientada para o conflito e a condenação, alegando-se superiores aos inúmeros males do mundo. Uma teologia baseada na guerra espiritual ou na expulsão de demônios evidencia o fato de que a identidade se fundamenta na oposição ao outro perverso e não na segurança em si mesmo.

⁵ Muniz Sodré. *O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional*. POtrópolis, Vozes, 2023. p. 213

⁶ Slavoj Žižek, *Como um Ladrão à Luz do Dia: O Poder na Era do Capitalismo Pós-Humano* (Capa dura, Londres: Alan Lane, 2018)

⁷ Kraybill, Donald. *O Enigma da Cultura Amish*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001

Nesse processo de usar o conflito Fla-Flu como pista para entender a polarização, também precisamos compreender a intensidade da identificação com o próprio time. A atriz Solange Adão nos contou uma história particularmente reveladora.

Quando eu era jovem, um diretor me procurou com um verdadeiro desafio. Ele queria encenar uma peça de Nelson Rodrigues, mas queria dar um toque de vanguarda, então me perguntou se eu toparia inverter os gêneros na peça. Eu interpretaria o homem e meu colega de elenco, um homem, interpretaria a mulher. Eu já tinha feito isso antes em uma peça local sobre os Manés [os habitantes tradicionais de Florianópolis], então aceitei.

Foi muito divertido! Maravilhoso! Impactante. E recebeu ótimas críticas. E não, não foi tão difícil. Eu simplesmente me transformei no meu pai. Lembrei-me dos seus gestos, do seu jeito de andar, do seu jeito de falar. Um grande desafio para uma atriz.

Sabe o que foi mais difícil? O personagem era flamenguista. Usava aquela camisa preta e vermelha para todo lado. Clássico malandro carioca. Mas meu pai era vascaíno.. Interpretar um homem foi fácil. Interpretar um flamenguista?

[zomba e depois cai na gargalhada]

Adão contou essa história para fazer rir, mas a piada ilustra algo profundo sobre a construção — e a interação — das identidades no Brasil. *É mais fácil mudar de gênero do que de time de futebol para o qual você torce.*

Quando meus dois cunhados eram jovens, eles adotaram times de futebol rivais para torcer: era o início das transmissões esportivas nacionais na TV no Brasil, e os times do Rio de Janeiro chegavam aos bares e salas de estar de todo o país. Meus cunhados começaram a torcer cada um por um time diferente do Rio: Vasco ou Flamengo. Quase 60 anos depois, eles apoiam seus times escolhidos com tanto fervor que, apesar de uma excelente relação de irmãos — são padrinhos dos filhos um do outro, jantam juntos várias vezes por semana — não conseguem ficar no mesmo cômodo quando os times rivais estão jogando.

Quando nascem meninos na família — com sete irmãos e irmãs, há muitos primos, sobrinhos e agora sobrinhos-netos — meus cunhados entram em uma competição acirrada, comprando roupinhas de bebê nas cores de seus times favoritos, convidando a família para assistir aos jogos em casa e tentando constantemente convencer o garotinho a torcer para o Vasco ou o Flamengo. O conflito é muitas vezes em tom de brincadeira, mas sempre intenso. Para ambos, é extremamente importante que um novo sobrinho ou sobrinho-neto torça para o seu time.

Na verdade, meus dois cunhados adotaram seus times aleatoriamente. Naquela época, quatro ou cinco times apareciam regularmente na TV, e eles escolhiam os times de que mais gostavam quando eram crianças — talvez fosse a cor dos uniformes, algum jogador carismático ou dramático, ou simplesmente sorte. Mesmo assim, essa decisão aleatória, tomada muito antes da idade da razão, continua a definir suas identidades quase sessenta anos depois.

Por que?



Penso que a essência da “eterna Fla-Flu ” — e a contribuição que ela pode trazer para a pesquisa sobre as causas da polarização — reside no fato de que, em certos contextos, a diferença precede a identidade. Essa afirmação pode soar confusa e excessivamente filosófica, então permita-me tentar explicá-la.

Pense na letra b. Faça o estalo característico da letra com os lábios. Simplesmente como esse som, como esse movimento dos lábios, da língua e do ar passando pelas cordas vocais, a letra b não significa nada. Compare-a, então, com a letra p, que também é produzida vocalizando um estalo dos lábios, mas de uma maneira diferente. Depois, pense na diferença entre as palavras “pica” e “bica”, duas palavras muito diferentes com significados muito diferentes, separadas por essa diferença mínima na forma como você estala os lábios enquanto o ar sobe das cordas vocais. A letra b também tinha uma diferença muito pequena em relação à letra v — pelo menos em inglês e português. Um falante nativo de espanhol, no entanto, ouve as letras b e v como o mesmo som: as palavras radicalmente diferentes “botar” e “votar” soam exatamente iguais. Todo o estudo da linguística estrutural se baseia em descobrir quais dessas diferenças mínimas importam — quais delas são importantes para distinguir uma palavra da outra — em qualquer idioma. O que isso significa é que o som essencial da letra b é menos importante do que sua diferença em relação à letra v ou b.

No futebol, é muito parecido. Os times têm uma certa identidade, baseada em suas cores, sua história, certos jogadores importantes para o time e seus torcedores. Mas o que realmente define um time é o fato de ele ser *diferente* dos outros. O Flamengo não é o Vasco. O Flamengo não é o Fluminense.

A metáfora do futebol faz sentido para mim porque sempre joguei, mesmo na década de 1970, quando era muito incomum para um garoto nascido nos Estados Unidos praticar o esporte. Na faculdade, na pós-graduação, ao me mudar para uma nova cidade, em todas as minhas viagens, o futebol sempre foi uma forma de fazer novos amigos e encontrar um lugar para pertencer, mesmo nos lugares mais estranhos. E de Harvard às estepes da Turquia, dos campos de refugiados da América Central ao altiplano boliviano, as maneiras como os amigos se unem para organizar suas partidas de futebol dizem algo muito importante sobre suas culturas.

Quando eu morava nos Estados Unidos, sempre jogava futebol de liga. Um grupo de jogadores forma um time, uma dúzia de times organiza uma liga, e os times jogam uns contra os outros semanalmente até que um campeão seja definido. Nas cidades americanas, também é comum haver peladas nos campos de futebol, mas esses jogos geralmente servem como treinos para as partidas oficiais (contra outros times rivais) ou como oportunidades de recrutamento, onde representantes de diferentes times podem encontrar novos jogadores que se integrem bem aos seus elencos.

No Brasil, meu grupo de futebol inclui jogadores muito mais habilidosos do que a maioria do meu time nos EUA, mas nunca jogamos contra outros times, muito menos em um campeonato. Toda segunda-feira, os mesmos 12 a 15 homens se reúnem para jogar uma partida de futebol de salão, cada vez com os times (temporários) misturados de uma maneira diferente. Os jogos são tão intensos e disputados quanto os da liga em que eu jogava nos EUA, e os jogadores são ainda mais habilidosos (afinal, é o Brasil!), mas a organização do grupo é completamente diferente.

Essas regras não são rígidas e inflexíveis — como mencionei, eu jogava peladas nos EUA, e existem ligas formais não profissionais no Brasil — mas ilustram algo semelhante às diferenças linguísticas. Nos EUA, a organização e a motivação dependiam de uma liga, da separação de um time do outro (b não é v). No Brasil, os jogadores não precisavam dessa motivação para dar sentido ao seu jogo, e se uniam sem se dividirem em times formais e permanentes (como em espanhol, onde b e v têm o mesmo som).

O que estou sugerindo é que, em alguns contextos, a diferença mínima entre o uniforme vermelho e preto do Flamengo e o uniforme vermelho e verde do Fluminense é imensamente importante: em um jogo entre os dois times no Maracanã, usar o uniforme errado no lugar errado pode ter consequências graves. No entanto, coloque esses mesmos dois uniformes nas mesmas duas pessoas em meio a um grupo de jogadores chutando uma bola em um parque em Londres, e os dois homens quase certamente começarão a fazer piadas em português, puxarão conversa e sugerirão uma cerveja depois. Nesse contexto, eles se verão primeiro como brasileiros, como jogadores — e não como rivais mortais. Em certos contextos, o que fundamentalmente importa é a diferença, e não qualquer característica específica de um time ou cor em relação a outro. Em outros contextos, essa “diferença” pode, na verdade, ser um fator de aglomeração, porque não é reconhecida como tal. Como b e v, às vezes uma diferença importa, e às vezes nem existe diferença. É o contexto que decide.

E aqui reside, creio eu, a questão complexa. Nesses casos em que a diferença entre uma identidade e outra é mínima, por vezes temos de investir ainda mais energia e esforço para insistir nessa diferença. No contexto geral, existe realmente alguma diferença importante entre Flamengo e Fluminense? Um observador externo consideraria tal diferença suficientemente importante para inspirar uma paixão para toda a vida, desavenças familiares e até violência? Claro que não. Mas os fãs de futebol, imersos na acirrada rivalidade entre as equipas, investem tempo, esforço e paixão em enfatizar as diferenças.

Reconheço que o argumento da segunda metade deste capítulo contradiz ativamente o argumento da primeira metade — na *política do ventre*, a raiva e a violência política emergem do conflito muito *real* por recursos, enquanto a violência e a polarização no futebol podem surgir da necessidade de criar diferenças onde outros não as enxergam. Gosto de ver ambas as interpretações da metáfora da Fla-Flu no futebol para a polarização como mais ferramentas no conjunto de recursos para entender o surgimento da raiva e da violência em diferentes contextos.

Algumas considerações finais

De forma alguma considero os dois capítulos anteriores uma teoria exaustiva ou geral sobre as causas da polarização no Brasil. Os participantes do projeto também analisaram muitas outras causas de polarização e raiva:

1. A força das redes sociais, podcasts e WhatsApp na criação de bolhas epistêmicas, onde pessoas em lados opostos de debates vivem em mundos onde os fatos são completamente diferentes.
2. Os algoritmos das redes sociais promovem o conteúdo que mais irrita e provoca o público, para que este permaneça online por mais tempo.

3. O ecossistema de financiamento internacional que recompensa influenciadores e líderes de opinião por serem radicais e provocativos em vez de estarem abertos ao diálogo. Esse financiamento perverte a direita política (o dinheiro de Steve Bannon e Peter Thiel é generalizado no Brasil), mas também a esquerda política (o apoio da Venezuela a alguns movimentos nacionalistas de esquerda e da Rússia e do Irã a discursos antissemitas).
4. Os afro-brasileiros indígenas e rurais frequentemente insistiam que a polarização da sociedade e da política brasileiras é apenas um reflexo da falsa oposição entre os seres humanos e a terra, declarando que o conceito de propriedade de John Locke como terra transformada em produtividade, ou os conceitos do direito romano de propriedade como o direito de destruir o que se possui, estão na base da divisão.

Qualquer um desses temas mereceria um livro inteiro — mas certamente não sou o autor mais indicado para isso. O que me esforcei para fazer nesta primeira parte de *Teoria do Jogo*, portanto, não foi apresentar uma teoria abrangente sobre por que a política e a sociedade brasileiras se tornaram tão polarizadas, mas sim lançar as bases para entendermos como ideias que emergem de diferentes formas de cultura popular no Brasil podem ajudar o mundo a sair desse impasse.

No próximo capítulo, quero analisar outras formas de construção da identidade no Brasil, algumas das quais podem nos ajudar a enxergar caminhos para além dessa constituição polarizada da identidade.